

# Comissão fortalece poder do Primeiro-Ministro

A Comissão de Sistematização aprovou, ontem, emendas do grupo parlamentarista que fortalece ainda mais o primeiro-ministro, antes obrigado a dividir o poder com o presidente da República. Também foi aprovada proposta que cria a "Shadow Cabinet" que possibilita o líder de oposição assumir qualquer ministério durante a vigência do regime de gabinete.

As modificações mais importantes feitas ao anteprojeto de Constituição estão ligadas à formação do Governo no sistema parlamentarista. Como forma de dar maior estabilidade ao Governo, quando for rejeitada a moção de censura ao primeiro-ministro, seus signatários não poderão subscrever outra, antes de decorridos seis meses.

De acordo com emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), aprovada ontem, após a segunda rejeição consecutiva do programa de Governo, compete à Câmara dos Deputados eleger o primeiro-ministro, pelo voto da maioria dos seus membros, em prazo não superior a 10 dias. Caso o cargo não seja ocupado, no prazo previsto, o presidente da República poderá dissolver a Câmara e convocar novas eleições, em no máximo 60 dias.

Com as alterações feitas ao anteprojeto, em nenhum momento após a instalação do regime parlamentarista haverá vacância de poder. No caso de morte ou renúncia

do primeiro-ministro, o texto prevê que o cargo será ocupado pelo ministro da Justiça até a posse do novo Governo.

Na sessão de ontem, também foi aprovada emenda do senador Carlos Chiarelli e do deputado Arnaldo Prieto, ambos do PFL gaúcho, permitindo ao primeiro-ministro comparecer regularmente ao Congresso Nacional, ou às suas Casas, e participar das respectivas sessões com direito a voto. O novo texto do substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) acaba com o Decreto-Lei que anteriormente era competência do primeiro-ministro.

Segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do grupo parlamentarista, as modificações ao anteprojeto da Constituição visam assegurar que o primeiro-ministro possa exercer o Governo sem atropelos. "Com a aprovação das emendas será adotado um parlamentarismo mais clássico onde o primeiro-ministro no Brasil terá mais poderes do que seu colega na França e quase como o de Portugal", explicou a deputada. A seu ver, o chefe do Governo terá, com as alterações, mais liberdade para governar já que o texto do substitutivo dividia o poder entre primeiro-ministro e presidente da República.

A deputada justificou a criação do "Shadow Cabinet" como forma de permitir que a oposição também assumira o Governo.



Arinos e Cabral participaram da sessão em que foi dado mais poder ao Primeiro-Ministro que ao presidente da República

## O que é "Shadow Cabinet"

O "Shadow Cabinet" ou gabinete fantasma é uma instituição criada pelo sistema parlamentarista da Inglaterra e visa permitir a fiscalização dos atos do Governo pela oposição. De acordo com o dispositivo aprovado pela Comissão de Sistematização, a oposição indicaria um de seus parlamentares para atuar como fiscal qualificado da administração de cada ministério.

A especificação da função dos ministros do gabinete fantasma.

deverá ser feita pela legislação complementar. Já foi definido que o deputado ou senador que foi indicado para supervisionar os atos do Executivo terá as prerrogativas necessárias para exercer o seu trabalho, como livre acesso à documentação da pasta que estiver sob seu controle.

A tendência é de que apenas os ministérios civis tenham suas atividades controladas pelos chamados ministros do gabinete fantasma.

## Sandra repudia as críticas

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) denunciou ontem, na Comissão de Sistematização, a criação de uma campanha visando fechar a Assembleia Constituinte e que foi reforçada com a aprovação, na última sexta-feira, da proposta que prevê a adoção do sistema parlamentarista de governo.

Durante a primeira hora da sessão da Comissão, todas as lideranças partidárias repudiaram as críticas que vêm sendo feitas aos trabalhos constitucionais.

A reação dos membros da Comissão de Sistematização foi provocada pelo editorial do jornal O Globo, de ontem, que faz severas críticas aos trabalhos da Constituinte. Segundo o jornal, os constituintes não têm poderes para

alterar a forma de governo vigente no País.

Em função das contestações, a deputada Sandra Cavalcanti solicitou que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reaja contra as agressões sofridas por aquela Casa.

A partir da fala da deputada, a sessão da Comissão transformou-se num verdadeiro pinga-fogo com os líderes dos partidos se revezando na defesa da Constituinte. Apenas os líderes do Governo, Carlos Sant'Anna, e José Lourenço, do PFL, defenderam a posição do jornal carioca. «Os grandes 'democratas' no Brasil não querem mais a imprensa livre», afirmou Lourenço em tom de deboche em resposta às críticas dos constituintes ao editorial de O Globo.



Carlos Sant'Anna (PMDB-BA)

## Líder deseja adiamento do novo sistema

O adiamento da implantação do parlamentarismo, agora, que o sistema está aprovado pela Comissão de Sistematização, será a principal meta dos presidencialistas, nos próximos dias. A estratégia, porém, mudará quando começar a votação no plenário da Constituinte, onde, segundo o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, as forças serão concentradas no combate ao parlamentarismo.

Segundo Sant'Anna, «a fórmula republicana está profundamente identificada no Brasil com o presidencialismo e uma mudança de sistema só poderia ser autorizada por um plebiscito».

«O último plebiscito que houve derrubou o parlamentarismo no Brasil. Dizem que isso foi há 27 anos, mas os juristas também têm observado que a Constituição norte-americana tem 200 anos e continua em vigor», afirmou.

Carlos Sant'Anna revelou que os presidencialistas se empenharão agora, na Comissão de Sistematização, em tentar adaptar da melhor maneira possível o sistema que foi aprovado, deixando que o Governo do presidente Sarney seja concluído sob regime presidencialista». Enquanto isso, segundo ele, as instituições seriam preparadas para que o parlamentarismo fosse implantado com a posse do novo Presidente.

Admitiu, porém, que, no plenário, onde julgam contar com maioria, os presidencialistas voltarão a propor a manutenção do atual sistema de Governo: «Estamos convencidos de que, no plenário, teremos condições de derrubar o parlamentarismo», disse Sant'Anna.

## Scalco defende Constituinte de radicalismo

O líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, disse ontem que não depende do funcionamento daquela Assembleia a maior ou menor radicalização do processo político cujo debate ela centraliza. Scalco entende que os grandes temas que costumam dividir a opinião pública e colocar em posições distintas os segmentos da sociedade têm que ser enfrentados, o momento próprio é este e o instrumento é a Constituinte, cujos trabalhos ele prevê encerrados em final de janeiro próximo.

Para o líder peemedebista, desarmar as tensões nada tem a ver com Constituinte e os debates que nela se travam, mas sim pela maneira como o poder é exercido.

O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) pondera que, com radicalização de posições ou não, a Constituinte terá que seguir com seus trabalhos e avalia que estes não terminarão antes do Carnaval. Britto acredita também que, depois de passado o barulho, tudo se resolverá de maneira mais ou menos tranqüila.

## Ulysses descarta intenção de Sarney em propor diretas

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que a decisão da Comissão de Sistematização a favor do parlamentarismo como sistema de governo não é definitiva e poderá ser modificada no plenário. Ulysses afirmou desconhecer qualquer intenção do presidente José Sarney de vir a convocar eleições diretas em 88, em função da derrota de sua posição a favor do presidencialismo. Ele garantiu que o Presidente continuará lutando por suas idéias porém, como um democrata, prestigiará a decisão que for tomada pela Constituinte.

«Eu estive há dois dias iatando com o presidente Sarney — revelou Ulysses Guimarães — e conversamos durante cerca de três

horas e ele não fez qualquer menção à convocação de eleições diretas.

Segundo Ulysses Guimarães, o tema principal abordado no encontro foi a necessidade de se acelerar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de modo que a nova Carta fique pronta até o final do ano. O deputado afirmou que está otimista em relação aos resultados já obtidos na Constituinte.

«Nós que temos experiência — comentou Ulysses — sabemos de antemão que seria um trabalho difícil. É um trabalho às vezes nervoso, em clima emocional, senão passional. Os interesses que estão em causa são muito grandes, interesses cívicos, legítimos, que devem ser decididos, mas entendo que se vai progredindo bem».

## Amazonino promete renunciar

Manaus — O governador Amazonino Mendes, do Amazonas, deverá renunciar ao cargo assim que o parlamentarismo começar a funcionar no Brasil. O governador fez essa afirmação antes de viajar a Tabatinga, na madrugada de ontem, explicando que o parlamentarismo representa um golpe para os governadores que têm compromisso com a população. «Será muito difícil levar um programa em frente, quando se tem que negociar com cabeças diferentes».

Amazonino afirmou que a aprovação do sistema parlamentarista traz dois malefícios para o

País: «Primeiro, diz o governador, provoca a instabilidade mais do que o Brasil já se encontra a nível federal, no que se refere ao Presidente da República; segundo, é um ato claro de cassação de votos auferidos pelos governadores. Eu quero dizer a vocês que só ficarei no cargo até o dia da implantação desse sistema», enfatizou o governador.

Amazonino Mendes disse ainda que não aceita em troca as «diretas já» para eleger o novo Presidente da República, por achar isso «um casuismo» e garantiu que não vai pressionar os parlamentares do Amazonas.

## Prisco já esperava resultado

O ministro Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, disse que o resultado da votação, sexta-feira, na Comissão de Sistematização da Constituinte, aprovando o parlamentarismo «não o surpreendeu».

«A Comissão — disse o ministro — foi composta pra produzir exatamente isso. A sua composição, entretanto, não reflete o perfil do plenário onde se poderá obter resultado favorável ao presidencialismo, como, aliás, pode-se apurar em mais de uma pesquisa entre deputados e senadores».

Segundo Prisco Viana, embora tendo posição muito nítida em favor do presidencialismo, que reiteradamente tornou-a do conhecimento da Nação, «em nenhum momento o presidente José Sarney constrangeu a Comissão de Sistematização». «Não há um só deputado ou senador que, membro da Comissão, tenha recebido dele sequer uma insinuação para votar de acordo com a posição do Presidente» — disse o ministro da Habitação.

«Vamos, agora, nos empenhar para ganhar no plenário, pelo convencimento de cada constituinte de que o parlamentarismo não convém ao País. Sobre tudo quando se está decidindo em função de fatores conjunturais. De fato, entre os que na Comissão de Sistema-

tização votaram pelo parlamentarismo, poucos são parlamentaristas convictos. A maioria é parlamentarista por oposição ao presidente José Sarney, o que é lamentável porque o Presidente importa pouco quanto se tem de definir o sistema de governo para o País», acentuou, Prisco.

O ministro Prisco Viana ressaltou que «todos desejamos ter a nossa Constituição do País promulgada o mais cedo possível, mas o que se fez para apressar os trabalhos da Constituinte confirma o dito popular segundo o qual a pressa é inimiga da perfeição». «Os líderes e a direção da Constituinte não poderiam estabelecer esse processo de votação em retalto do texto de projeto, votando, simultaneamente na Sistematização e no plenário. A emenda constitucional 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte, estabeleceu que se deveria votar e aprovar pela maioria absoluta, o projeto de Constituição» — assinalou o ministro Prisco Viana, para concluir:

«Foi por isso que o regulamento determinou que o projeto somente seria enviado ao plenário da Assembleia após haver sido aprovado, em redação final, pela sistematização.

## Centristas já garantem ter 291 votantes

Rubem Azevedo Lima

A rigor, o chamado centro, centro-direita e direita da Constituinte, com seus 291 integrantes (145 já assinaram o "compromisso" e ação conjunta) poderá impor qualquer decisão à Assembleia, sobretudo se contar — como seus integrantes esperam — com o apoio de 64 parlamentares julgados liberais ou não engajados.

A maior preocupação do grupo, no momento, consiste em neutralizar a tendência dos observadores e da crônica política em dividir a Constituinte em "progressistas" e "conservadores". Muitos deles alegam, como o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que são conservadores em temas políticos, mas progressistas no plano social, daí se sentirem injustiçados, quando vêm seus nomes catalogados como centro-direita.

Do ponto de vista prático, o centro, a centro-direita e a direita pretendem respeitar as lideranças dos partidos mais importantes da Constituinte, exceto no caso do PMDB, cujo líder — senador Mário Covas (SP) — será preterido pelos centro-direitistas do partido em benefício do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (BA). Assim, nas votações em plenário, os constituintes do PDS seguirão a orientação do líder Amarel Netto; o PL, de Alvaro Valle; o PTB, de Gastoni Righi (SP) e o PFL, do líder José Lourenço (BA).

Os pontos em torno dos quais há absoluta identidade de pensamento, no grupo, são os referentes à desestatização da saúde, a privatização do ensino, a substituição da estabilidade no emprego por normas menos rígidas.

A tendência dominante no grupo é presidencialista e prô-mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Quanto ao fato do grupo pretender, na próxima semana, a reabertura do prazo de apresentação de novas emendas — o que é vedado pelo regimento, no tocante ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, os integrantes da centro-direita afirmam que o presidente Ulysses Guimarães já violou várias vezes as normas regimentais. «Uma violação a mais, para atender ao que deseja a maioria da Constituinte — comentou um centro-direitista — não tem nada de mal».

Aparentemente, se o grupo se mantiver coeso, o parlamentarismo aprovado agora na Comissão de Sistematização da Assembleia, será derrotado em plenário.

## Simon alerta para manobra no plenário

Porto Alegre — Satisfeito com a aprovação do parlamentarismo, o governador Pedro Simon sugeriu ontem que a Comissão de Sistematização aprove, nas disposições transitórias, um artigo que determine a implantação do novo regime somente em 1990, depois de encerrado o mandato do presidente José Sarney. Simon também recomendou atenção aos constituintes que defendem o parlamentarismo para as manobras que os defensores do presidencialismo poderão adotar na votação em plenário. «Tudo é possível hoje no Congresso», insinuou o governador, lembrando a manobra do líder do PFL, deputado José Lourenço, que tentou substituir os parlamentares de seu partido que eram parlamentaristas na Comissão de Sistematização.

Ainda envolvido em acertos na sua máquina administrativa, Simon fez um alerta ontem a todos os ocupantes de cargos no governo do Estado. «Ninguém no meu governo usará qualquer tipo de cargo para candidatura pessoal», assegurou o governador.

## O texto aprovado ontem

Os dispositivos aprovados ontem, pela Comissão de Sistematização são os seguintes:

Artigo 97 — O Governo, órgão que conduz a política geral do País e a administração pública, é formado pelo Conselho de Ministros, composto do primeiro-ministro e dos ministros de Estado.

§ 1º — A lei disporá sobre a criação, estrutura e atribuições dos ministérios, bem como sobre o secretariado permanente, organizado em carreira, com recrutamento mediante concurso público de títulos e provas.

§ 2º — O Governo goza da confiança da Câmara dos Deputados.

Art. 98 — Compete ao Presidente da República, após consulta ao partido ou à coligação de partidos que formam a maioria da Câmara dos Deputados, nomear o primeiro-ministro e, por indicação deste, os demais integrantes do Conselho de Ministros.

§ 1º — O primeiro-ministro, em dez dias, apresentará, com os demais integrantes do Conselho de Ministros, ao Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta, o programa de Governo, devendo a Câmara dos Deputados, em dez dias, deliberar sobre sua aprovação ou rejeição.

§ 2º — Os debates em torno do programa de Governo deverão ser iniciados no prazo de quarenta e oito horas e não poderão ultrapassar três dias consecutivos.

§ 3º — Em prazo não superior a cinco dias, contados do fim da discussão, poderá a Câmara dos Deputados, por voto da maioria absoluta, rejeitar o programa de Governo.

Art. 99 — Rejeitado o programa de Governo, deverá o presidente da República, em cinco dias, nomear o novo primeiro-ministro, observando o disposto no artigo ... e parágrafos.

Art. 100 — Após a segunda rejeição consecutiva do programa de Governo, compete à Câmara dos Deputados eleger o primeiro-ministro, pelo voto da maioria dos seus membros, e em prazo não superior a 10 dias.

§ 3º — Caso não seja eleito o primeiro-ministro no prazo previsto, poderá o presidente da República, ouvido o Conselho da República e observando o disposto no parágrafo 7º do artigo 67, dissolver a Câmara dos Deputados e convocar eleições extraordinárias.

Art. 101 — Negada a confiança, o Governo apresentará sua demissão. O presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados convocando eleições antecipadas, havendo solicitação do primeiro-ministro e pronunciamento favorável do Conselho da República.

Art. 102 — O primeiro-ministro

será indicado pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados:

I — se o presidente da República não tiver exercido, no prazo constitucional, a atribuição de nomeá-lo;

II — após a rejeição sucessiva de dois programas de Governo.

Parágrafo Único — Rejeitada a moção de censura, seus signatários não poderão subscrever outra, antes de decorridos seis meses.

Art. 104 — Em qualquer oportunidade, o primeiro-ministro poderá solicitar à Câmara dos Deputados um voto de confiança, mediante declaração ou proposição que considere relevante.

Parágrafo Único — O voto contrário da Câmara dos Deputados a uma declaração ou proposição do primeiro-ministro não importa em destituição do Governo, a não ser que dela tenha feito questão de confiança.

Art. 105 — Ocorre a destituição do Governo, em caso de:

I — início de Legislatura;

II — rejeição do programa de Governo;

III — aprovação de moção de censura;

IV — não aprovação de voto de confiança e

V — morte ou renúncia do primeiro-ministro.

Parágrafo Único — Até a posse de novo primeiro-ministro, o Conselho de Ministros destituído permanecerá no Governo, limitando-se à prática dos atos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos.

Art. 107 — O presidente da República, no caso de dissolução da Câmara dos Deputados, fixará a data da eleição e a da posse dos novos deputados federais, observado o prazo máximo de sessenta dias, competindo ao Tribunal Superior Eleitoral dispor sobre as medidas necessárias.

§ 1º — Decretada a dissolução da Câmara dos Deputados, os mandatos dos seus membros subsistirão até a posse dos eleitos.

§ 2º — Em caso de morte ou renúncia do primeiro-ministro, ocupará o cargo, até a posse do novo Governo, o ministro da Justiça.

Art. 110

XIV — comparecer regularmente ao Congresso Nacional, ou a suas Casas, e participar das respectivas sessões, na forma regimental;

Art. 113

§ 2º — O líder da oposição e o colégio de seus vice-líderes autorizados a responder pelos assuntos correspondentes às pastas ministeriais existentes, gozarão, no que couber, na forma regimental, de tratamento compatível com o concedido em lei ao primeiro-ministro e aos demais membros do Conselho de Ministros.